

## ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA)

Às nove horas e vinte minutos do dia quatorze de julho de 1999, na sala trezentos e vinte e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça deu-se início a plenária para encaminhamentos aos trabalhos de grupos e Comissões Temáticas do CONANDA, sob a presidência do Vice-Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva ( FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA ). Presentes os conselheiros titulares; EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL ( Ministério da Fazenda ); MARIA IZABEL DA SILVA ( CUT ); MIONE APOLINÁRIO SALES ( CFESS ); JOSÉ FERNANDO DA SILVA ( CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE ); JOACIR DELLA GIUSTINA ( CNBB ); RACHEL NISKIER SANCHEZ ( SBP ); NORMA RICARDONE SCHMITT ( MINC ); CHARLES PRANKE ( AMENCAR ); NELSON DE SOUZA MODESTO ( MNDH); NORMANDO BATISTA SANTOS ( ABONG ). Presentes também os conselheiros suplentes governamentais OLGA CÂMARA ( MJ ); LUCIMAR R. COSER CANNON (MS); ANELLA OTTATI ( MOG ); MARILDA MARFAN ( MEC ); RACHEL MARIA ANDRADE CUNHA ( MTE ); SIMONE PRIVATO GOIDANICH ( MRE ) e o representante da CASA CIVIL INÁCIO AUGUSTO DE AZEVEDO BARBOSA ( Parcialmente ). Ausência não justificada do MPAS. Por motivo de ausência justificada da conselheira da PUC/SP, foi convocado o conselheiro suplente WELINTON PEREIRA DA SILVA ( MEM ) . Estiveram ainda, presentes Kênia Augusta Figueiredo ( CFESS ); Raymundo Rabelo de Mesquita ( conselheiro suplente ); Izaura Maria Rodrigues, conselheira estadual de Tocantins; Raimundo Chagas Santos ( Igreja Adventista do 7º dia de Tocantins); Ana Maria Willoweit ( Presidente do CEDCA/AL ); Rui Carreiro Santiago, ( Superintendente da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – MG ); Rosber Almeida ( FCC ) e Haroldo Teixeira da Costa ( FONACRIAD ). Após os encaminhamentos dos trabalhos o Vice-Presidente falou da sua preocupação sobre o contingenciamento dos recursos para manutenção do CONANDA, principalmente no que tange a realização dos Encontros Regionais de Articulação com os Conselhos Tutelares das Regiões Sul e Sudeste e a III Conferência Nacional . O assunto foi debatido pela plenária, ficando decidido que todos os integrantes das Comissões e Grupos de Trabalho participarão da Comissão de Articulação/Orçamento e Finanças à dezesseis horas, com a presença da técnica do DCA Leilá Leonardos, que irá expor a real situação financeira do Conselho , para que todos fiquem inteirados do assunto. Às dezesseis horas do dia quatorze de julho, a técnica do DCA Leilá Leonardos fez a apresentação detalhada do Orçamento do Fundo Nacional e das ações de manutenção do CONANDA. Quanto aos recursos do Fundo Nacional, informou que dos dezoito milhões aprovados em Lei, apenas dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil estão disponibilizados, o restante encontra-se ainda contingenciado. Com relação aos recursos de arrecadação no valor de três milhões e cem mil reais aprovados em Lei, apenas um milhão estão disponibilizados, os quais serão liberados de acordo com a arrecadação oriunda dos sorteios eletrônicos e vendas de selos promocionais da Campanha Criança e Cidadania, em parceria com os Correios, tendo sido arrecado até o presente duzentos e seis mil, trezentos e onze reais. Quanto ao orçamento para apoio ao funcionamento do CONANDA, dos quinhentos mil reais previstos em Lei, há disponíveis um saldo de oitenta e seis mil, setecentos e oito reais, para as despesas de realização das assembleias do Conselho, Encontros Regionais com os Conselhos Tutelares, III Conferência Nacional, representações do Conselho e viagens de supervisão aos convênios . Após o debate sobre o assunto, foi sugerido a apresentação da situação orçamentaria a cada assembleia do CONANDA. O Vice-Presidente agradeceu à Dr.<sup>a</sup> Leilá pelo trabalho apresentado. No dia quinze de julho, às nove horas e quinze minutos iniciou-se a Sexagésima Primeira Assembleia Ordinária do CONANDA. O Vice-Presidente abriu os trabalhos submetendo a pauta à plenária, tendo sido deliberada com alterações dos itens VII, IX e X, removendo as suas atribuições para o item VI – “RELATO DOS TRABALHOS DOS GT's SOBRE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS E CONSELHO TUTELAR”. Os demais itens permaneceram inalterados. ITEM I – LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SEXAGÉSIMA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA. A Ata da Sexagésima Assembleia , foi aprovada com emendas. ITEM II – ENCAMINHAMENTO DE PENDÊNCIAS DA ASSEMBLÉIA ANTERIOR . Foi feito um balanço sobre o cumprimento das pendências , de acordo com a memória da assembleia anterior, sendo que os encaminhamentos não efetivados foram justificados

pelos seus responsáveis . Quanto aos pontos pendentes tiveram as seguintes deliberações: 1 – Articulação com os Correios - A Comissão de Articulação fará Projeto apresentando as necessidades do apoio a ser solicitado ao Presidente dos Correios; 2 – Participação da conselheira Rachel Niskier no Grupo de Trabalho que trata da Lei de Gratuidade do Registro Civil - Enviar correspondência a DR<sup>a</sup> Ruth Vilela solicitando esclarecimentos sobre o nível de participação do CONANDA no GT, tendo em vista até o presente não ter sido convocado à nenhuma ação conjunta; 3 – Denúncia da Pastoral do Menor da Arquidiocese de Vitória – ES – Oficializar os contatos mantidos para agendar visita ao local; 4 – Parecer sobre Cola de Sapateiro – Foi informado pela conselheira Olga Câmara que o parecer médico encontra-se em estudo no Departamento de Polícia Científica da Polícia Federal e contará com perito na formação em Química. Nesse sentido, o conselheiro Normando Batista informou que já há acordo favorável do Polo Petroquímico da Bahia sobre solventes, se comprometendo apresentá-lo na próxima plenária. Ainda com relação a Cola de Sapateiro , a conselheira Maria Izabel sugeriu a deflagração de uma Campanha Nacional, em parceria com outros setores, porém, a conselheira Olga Câmara ponderou sobre a necessidade do parecer científico, para depois lançar a Campanha. A referida conselheira informou ainda, que existe um projeto no DCA sobre a matéria, solicitando que a análise do mesmo seja feita em conjunto CONANDA/DCA, tendo sido sugerido pelo Vice-Presidente a participação da Comissão de Políticas Públicas para o referido parecer; 5 – Planos de Ação dos ministérios. A secretaria do CONANDA ficou incumbida de reiterar os ofícios aos ministérios que ainda não fizeram o seu encaminhamento; 6 - Relatório do Ministério das Relações Exteriores a ser enviado a ONU. A conselheira Simone Privato, fez um breve relato da situação em que se encontra o documento, porém, permaneceu a deliberação de reiterar a solicitação, sugerindo a participação do Conselho na elaboração do documento final . 7 – Acesso ao SIAFI – A conselheira Eurídice Nóbrega, ficou de buscar informações junto a Secretaria do Tesouro Nacional ,sobre o nível de acesso dos conselheiros do CONANDA ao SIAFI. ITEM III – APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS DO MINISTÉRIO DE ESPORTE E TURISMO NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – O Vice-Presidente apresentou a DR<sup>a</sup> Maria Teresa Bonatto de Castro, Secretária Executiva do Ministério do Esporte e Turismo, a qual fez um relato das principais ações desenvolvidas pelo ministério, enfocando as atividades voltadas à crianças e adolescentes e destacando algumas parcerias relevantes, tais como: Esporte Solidário - O ministério está atuando em vinte estados, através de convênios com os municípios, atendendo atualmente cento e cinquenta mil crianças e adolescentes. Convênios com o SESI – Desenvolver trabalhos na área do esporte, voltados à crianças e adolescentes de sete a quatorze anos, dos municípios integrantes do Programa Comunidade Solidária, abrangendo dezesseis estados; Pintando a Liberdade – Parceria com o Ministério da Justiça, para ressocialização dos presos, de preferência dos presídios femininos. O Programa atende a nove estados, através de confecção de bolas, redes, uniformes para crianças e adolescentes e repassados ao programa esporte solidário. A Secretaria informou ainda, que o programa de Combate ao Turismo Sexual deve voltar a funcionar depois de dois anos desativado. Ao final da explanação dos trabalhos foram apresentadas algumas sugestões, destacando: a ) que o turismo sexual seja mais discutido com as entidades que trabalham com a questão e também com o CONANDA; b ) maior fiscalização por parte dos órgãos competentes, no que tange ao turismo sexual, principalmente nos hotéis de cinco estrelas; c ) maior incentivo aos campos de “pelada”, ricos em termos sociais e menos onerosos; d) distribuição de cotas ou ingressos à escolas, para participarem de eventos esportivos ; e ) criar e incentivar a cultura das praças no país; f ) apresentação de alternativas econômicas para combater as frentes de trabalho infantil e a exploração sexual. O Vice-Presidente agradeceu a participação da Secretária Executiva, reiterando a disposição do CONANDA em colaborar para o pleno desenvolvimento das ações propostas. ITEM IV – APRESENTAÇÃO DO FLUXUGRAMA DO DCA/MJ. A conselheira Olga Câmara ,informou que não irá apresentar o fluxograma do Departamento, porque o mesmo está em estudo e que a apresentação será da situação atual do DCA. Em seguida, a técnica Eliana Cristina fez um relato detalhado sobre as funções de cada servidor lotado no CONANDA para o apoio operacional e as principais funções da assessoria técnica que será prestada pelo DCA à Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho. A assessoria técnica ficou assim constituída: ELIANA CRISTINA – fará o acompanhamento de todas as ações do CONANDA, propondo sempre que necessário o

aprimoramento nas práticas do Conselho e participação da Comissão Organizadora da III Conferência Nacional; Comissão de Políticas Públicas; ANA LUIZA – Comissão de Articulação/Orçamento e Finanças; LEILÁ LEONARDOS – Comissão de Comunicação; LUCIANA CAVALCANTE – GT sobre Conselhos Tutelares; SILVIA ARRUDA e MARIA DA GUIA DANTAS; GT sobre medidas sócio-educativas MARIA LUIZA MACHADO LACERDA. Foi solicitado e aprovado pela plenária que o material apresentado seja distribuído aos conselheiros. O Vice-Presidente agradeceu a técnica Eliana, pelo trabalho apresentado. Em seguida falou das dificuldades da Secretaria Executiva ao longo desses anos ressaltando que o trabalho dessa assessoria técnica proporcionará um salto de qualidade na história do CONANDA.

ITEM V – APRESENTAÇÃO DA VERSÃO CONSOLIDADA DO SIPIA – MODÚLO I. A Coordenadora Nacional do SIPIA Silvia Arruda, apresentou a Gerente de Projetos da PROCERGRS Marilú Maria Roman, o Coordenador Geral de Modernização da Informática do MJ, Ludgero Santos Neto e Anete Maria Nunes Oliveira - PROERGRS. Em seguida, esclareceu que nessa etapa começa realmente ser trabalhado a rede municipal e estadual do SIPIA, instalada nos Conselhos Tutelares. A Gerente de Projetos Marilú Maria Roman, detalhou o funcionamento da rede e os procedimentos para acessá-la. Informou ainda, que a implantação do módulo Consolidado está na rede do Ministério da Justiça, usando a INTERNET e que além de ser uma rede Nacional ela se torna INTRANET, só podendo acessá-la quem tiver sido cadastrado, visto ser uma rede de acesso restrito. Este módulo já está disponibilizado para dezessete estados. A conselheira Lucimar indagou qual o órgão que fará o credenciamento, sugerindo para que todos os conselheiros tivessem acesso a rede. A conselheira Olga Câmara, informou que o DCA será encarregado do credenciamento por ser ele o Gestor do Projeto e a Coordenadora Silvia Arruda informou que o credenciamento dos conselheiros poderá ser feito na próxima assembléia, para acesso nos estados onde já estiver funcionando o módulo consolidado. Ressaltou a importância do apoio do CONANDA para agilização dos dezoito estados onde estão sendo implantadas as redes do SIPIA. A conselheira Olga Câmara reforçou também a necessidade de apoio do CONANDA, tendo em vista os termos de cooperação assinados com os estados, não estarem sendo cumpridos. A conselheira Lucimar Cannon, sugeriu para que seja feito um pacto em favor de informações para crianças e adolescentes, dado a riquíssima fonte de informações do SIPIA para a elaboração de Políticas Públicas, enfatizando a importância do funcionamento da rede. A conselheira Olga Câmara, ressaltou a importância da participação das lideranças comunitárias, para o aumento dessa rede em todo o país, enfocando o projeto administrativo de monitoramento e ampliação da rede de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que está sendo construído pelos técnicos do DCA. Concluindo o debate, a conselheira Olga Câmara propôs e foi aprovado para que o CONANDA envie correspondência ao IBGE, sugerindo alteração na tipificação, para inclusão da raça vermelha nas estatísticas, tendo em vista a violação dos direitos dos índios e a substituição da denominação da **cor preta** para **raça negra**, por considerá-la mais adequada. O Vice-Presidente agradeceu a participação da Coordenadora do SIPIA Silvia Arruda e da Gerente de Projetos da PROCERGRS pelo trabalho apresentado. A seguir, a conselheira Mione Apolinário informou que deixará o Conselho, ficando apenas como membro do Secretariado do Fórum Nacional e que a sua substituta será a Assistente Social e conselheira do CFESS Kênia Augusta Figueiredo, que já vem acompanhando as plenárias, sendo posteriormente oficializada a sua substituição. Agradeceu a todos pela experiência e o convívio harmônico, neste Conselho.

ITEM VI – RELATO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS, GRUPOS DE TRABALHO, COMISSÃO ORGANIZADORA DA III CONFERÊNCIA E A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS. A relatora da Comissão de Políticas Públicas Marilda Marfan, fez o relato da Comissão informando que a subcomissão para assuntos do Executivo centralizou a discussão no tema referente ao Plano Nacional da Educação e que a subcomissão encarregada dos assuntos Legislativos fez contatos com a Frente Parlamentar pela Criança e com o INESC, com o objetivo de fazer um levantamento dos assuntos referentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente que estão em tramitação no Congresso Nacional. Foram mantidos ainda, contatos com a Comissão Parlamentar de Educação, para uma avaliação da atual situação do Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional. Foi proposto e aprovado pela plenária um debate na próxima assembléia do CONANDA, sobre os dois projetos do Plano Nacional de Educação, respectivamente do Executivo e do

Fórum Nacional de Defesa do Ensino Público, com a participação do relator dos Projetos de Leis nºs 4.173/98 e 4.155/98, Deputado Federal Nelson Marchezan, de representante do MEC e de representante do Fórum Nacional de Defesa do Ensino Público, objetivando subsidiar a participação do CONANDA nas audiências públicas que serão realizadas nos dias dez e onze de agosto do corrente ano, sobre o Plano Nacional. A conselheira Maria Izabel, aproveitou a oportunidade para falar sobre a Comissão Tripartite criada no dia 27 de maio do corrente, para parecer do governo federal sobre a Convenção 138 da OIT e que até o presente as entidades não fizeram as indicações dos seus representantes. Sugeriu para que o CONANDA oficialize junto ao Ministério do Trabalho, solicitando informações sobre o andamento dessa Comissão. O conselheiro Joacir Della Giustina, sugeriu para que os projetos enviados ao CONANDA para parecer das Comissões e Grupos de Trabalho contenha folha de rosto com identificação da matéria e formulário próprio para parecer, facilitando o trabalho a ser realizado, devendo ficar apensados aos projetos após o seu parecer. A conselheira Maria Izabel, fez o relato do Projeto da Fundação Para a Infância e Adolescência – FIA – RJ, sobre a campanha de localização e busca de crianças e adolescentes desaparecidos, solicitando a parceria do CONANDA para promoção desse trabalho nacionalmente. A Comissão propôs e foi aprovado pela plenária, oficializar à Fundação sobre a adesão do CONANDA, bem como a oficialização a todos os Conselhos Estaduais informando-os sobre esta adesão e munindo-os de informações sobre a Campanha. A conselheira Rachel Niskier fez o relato sobre o parecer do Projeto enviado pela Prefeitura de Pinhão/PR informando que a Comissão aprovou por unanimidade que os projetos que estão sendo encaminhados diretamente ao CONANDA, passem prioritariamente pelas instâncias adequadas, isto é, os Conselhos Municipais e/ou Estaduais. Propôs por consenso da Comissão, modelo de documento a ser enviado aos destinatários dos referidos projetos e a todos os Conselhos Estaduais e Municipais versando sobre os encaminhamentos que devem seguir o fluxo sugerido, antes de chegar ao CONANDA, o que foi aprovado por todos. O conselheiro Nelson Eder, informou sobre o ofício n.º 150 e anexos recebidos da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, demonstrando a situação caótica das Unidades de Tratamento e Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, da cidade do Rio de Janeiro. A Comissão propôs a realização de assembléia ampliada no mês de setembro para debater o assunto. Nesse sentido, a conselheira Lucimar sugeriu para que seja feito convite à Ana Gorete Kalume Maranhão, responsável pela saúde da criança e DRª Tânia Lago responsável pela saúde da mulher, ambas do MS, para participarem da assembléia. A conselheira Mione Apolinário fez o relato da Comissão de Comunicação, informando que a conselheira Lucimar Cannon será a relatora oficial da Comissão. Sobre a destinação do Boletim do CONANDA, informou a indicação do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para receber esta doação, afim de que o mesmo se beneficie da venda do material para reciclagem, ficando a secretaria do CONANDA responsável para as providências necessárias. Quanto ao ofício apresentado pela SAVE THE CHILDREN propondo ao CONANDA parceria para a mobilização Nacional, com vistas as comemorações do décimo aniversário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi aprovada a parceria, porém, sugerindo relacionar sempre a Convenção Internacional com o Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando o seu fortalecimento e também que seja realizado um paralelo do conteúdo de ambos. A Comissão considera importante o envolvimento dos ministérios da Saúde, Previdência e Assistência Social, Educação, Cultura e Secretaria Nacional dos Direitos Humanos nesse processo, sugerindo ainda, a inclusão do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente como parceiro privilegiado da sociedade civil. Sugere também, para que o nome do CONANDA conste de todo material de divulgação como um dos promotores do evento. O CONANDA, através do conselheiro José Fernando, deverá notificar a Coordenação da SAVE no Brasil, indicando os ajustes propostos à sua proposição e enviar carta aos Conselhos Estaduais sobre a proposta da Campanha. Com relação a carta a TV Record, a Comissão reiterou a deliberação da plenária do CONANDA, quanto a participação do Dr. Gregori no Programa do Boris Casoy, uma vez que há uma mobilização crescente projetada na mídia, pela redução da idade penal. Entende-se que o assunto é relevante, não devendo ser diluído. Foi sugerido a organização de uma agenda de participação do Presidente do CONANDA, ocupando todos os espaços possíveis, como os programas da Hebe Camargo, Ratinho e outros, inclusive, abordando o tema Ética na mídia. O assunto foi amplamente debatido pela plenária com as devidas

ponderações, tendo sido deliberado para que seja solicitado espaço na TV, para o Presidente do Conselho falar em cadeia nacional sobre o rebaixamento da idade penal e as medidas sócio-educativas e buscar através da Assessoria de Comunicação da SEDH, espaços abertos para pronunciar-se a respeito do rebaixamento penal, das medidas sócio-educativas e da Ética na mídia. Foi feito o relato da carta a ser enviada ao Conselho municipal de Cascavel sobre a programação e publicidade na televisão que estimulam a erotização das crianças e adolescentes e o uso de bebidas alcoólicas, tendo a mesma sido aprovada. Nesse sentido, a Secretaria executiva ficou incumbida de fazer a identificação e o convite ao órgão governamental que exerce o controle e acompanhamento das denúncias feitas à INTERNET, para apresentar o seu trabalho na assembléia do CONANDA. Sobre o projeto da senadora Marina Silva que adapta o Estatuto da Criança e do Adolescente aos novos meios eletrônicos, foi deliberado para que a Secretaria Executiva do CONANDA identifique até a próxima plenária o órgão governamental que exerce o controle e acompanhamento das denúncias feitas via INTERNET e agendar à sua participação na próxima plenária, bem como convidar a senadora Marina Silva, para apresentar o seu projeto à plenária da assembléia do mês de agosto do corrente ano. No que tange a logomarca do CONANDA, o consultor Ivônio da Empresa Intelecto apresentou LAY-OUT, porém há necessidade de aprimoramento, ficando de reapresentar a nova proposta na assembléia de agosto, para apreciação da Comissão e posterior deliberação pela plenária, estimando-se que até o mês de setembro a mesma esteja concluída. Quanto ao FAX DIREITO e o texto sobre a dinâmica e funcionamento da Política de Comunicação do CONANDA, o Sr. Ivônio ficou de apresentá-los antes da próxima assembléia para o envio antecipado aos conselheiros, favorecendo a decisão da plenária. Finalmente, foi deliberado para que o CONANDA faça atualização da sua HOME PAGE, até a sua reformulação. A proposta da Comissão para a nova HOME PAGE é torná-la interativa e atraente, para estimular a participação de crianças e adolescentes. O conselheiro do GT sobre medidas sócio-educativas, Joacir Della Giustina, informou que dezoito estados apresentaram projetos sobre as medidas sócio-educativas a serem financiados pelo Fundo Nacional. Informou ainda, que foi analisado o pedido de prorrogação do prazo de encaminhamento dos projetos até 30 de julho de 1999, e alteração dos critérios para repasse dos recursos, contemplando todos os Estados. O assunto foi colocado em votação por não ter havido consenso da plenária. Foram seis votos desfavoráveis, contra sete votos favoráveis, ficando prorrogado o prazo até 30 de julho, para os nove estados que ainda não enviaram seus projetos o façam e aos que já encaminharam, façam as reformulações, adequações ou aprimoramento que considerarem necessários, não podendo entretanto mandar projetos novos. Tanto as alterações como os novos projetos deverão ser aprovados pelos respectivos Conselhos Estaduais. Quanto ao financiamento, a plenária reafirmou sua disposição de aprovar no mínimo cinco projetos, sendo um por região, a depender da disponibilidade financeira. A Comissão propôs e foi aprovado o envio de correspondência aos Estados, reiterando a importância da mobilização nacional em favor da coleta de assinaturas para que a inimputabilidade penal seja mantida aos 18 anos, conforme estabelecem as legislações vigentes no país e propondo a data de doze de outubro para a oficialização do abaixo assinado junto ao Congresso Nacional. A Comissão propôs ainda, reunião específica para debater o anteprojeto de Lei de Execução de Medidas Sócio-Educativas do Desembargador Antônio Fernando Amaral e Silva e do Projeto Não ao Direito Penal Juvenil do Promotor de Justiça Gercino Gerson Gomes Neto. Após amplo debate sobre o assunto foi deliberado pela realização de Assembléia Ampliada com os Conselhos Estaduais e Distrital nos dias trinta e um de Agosto, um e dois de setembro do corrente ano, devendo ser convidados para o debate o Desembargador Amaral; o Promotor de Justiça Gercino Gerson e os Procuradores de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior e Munir Cury. A conselheira Lucimar Cannon, reiterou o convite para a reunião conjunta do Conselho Nacional de Saúde / CONANDA, ficando acordado para o dia 05 de agosto no turno da manhã, no ministério da saúde, para discussão sobre as questões dos solventes e gravidez na adolescência. O conselheiro Charles Pranke informou sobre o texto Ato Infracional que será enviado à Comissão antes da assembléia para sugestões e posteriormente submetê-lo à plenária. Ficou marcada reunião do GT para o dia três de agosto, objetivando a análise dos projetos enviados pelos Estados. O Coordenador do GT sobre Conselho Tutelar Normando Batista Santos, apresentou os trabalhos do grupo, fazendo um relato da avaliação feita sobre o cancelamento dos Encontros do CONANDA com os Conselhos Tutelares das Regiões

Sul e Sudeste, alegando ter sido um desgaste para o Conselho a sua não realização. O grupo agendou nova data para a realização dos Encontros no mês de outubro. O assunto foi debatido pela plenária, tendo sido concluído aguardar a assembléia de agosto para se ter uma resposta sobre a liberação de recursos, e posteriormente dar os devidos encaminhamentos. Caso os recursos não sejam liberados, o CONANDA deverá desencadear um processo mobilizatório visando a reversão deste quadro e garantir as condições necessárias à execução de suas ações. Ficou definido ainda, que imediatamente após a realização desta assembléia deverá ser enviada correspondência aos Conselhos Estaduais e Municipais das regiões Sul e Sudeste, justificando a não realização dos Encontros e a atual posição deste Conselho. Com relação ao Projeto Administrativo de Monitoramento e Ampliação da Rede de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que está sendo elaborado pelo DCA, a sugestão do grupo é para que o CONANDA tenha representação na reunião a ser realizada no dia dezesseis de julho no DCA, indicando os conselheiros Normando Batista e Eurídice Vidigal para representa-lo. A conselheira Eurídice, aproveitou a oportunidade para sugerir que o CONANDA solicite ao Ministério da Fazenda a inclusão do Colegiado no Programa de Educação Tributária. Quanto aos documentos recebidos para análise, o grupo apresentou os seguintes encaminhamentos: 1 – Denúncia de Pirenópolis – enviar correspondência ao Ministério Público local, com cópia ao Ministério Público Estadual, à Coordenação das Promotorias, ao Conselho Estadual e à denunciante; 2 - Reiterar ofício aos Conselhos Estaduais, sobre a situação de implantação do SIPIA; 3 – moção de Repúdio do Conselho Tutelar de Salvador – encaminhar correspondência ao Conselho Estadual, solicitando esclarecimentos, com cópia ao Conselho Tutelar; 4 – Denúncia do Conselho Municipal de Duque de Caxias - RJ, - enviar correspondência ao Conselho municipal, sugerindo buscar o apoio do Ministério Público local. A conselheira Lucimar Cannon solicitou autorização para colocar a logomarca do CONANDA no “POOL” de documentos de orientação do Ministério da Saúde, tendo sido aprovado por todos. Comissão Organizadora da III Conferência - O conselheiro Charles Pranke, fez o relato dos trabalhos, informando que somente ele, o conselheiro Normando e a técnica Eliana participaram da reunião. O referido conselheiro apresentou a proposta dos representantes dos Conselhos Estaduais para adiamento da Conferência Nacional. O assunto foi debatido, tendo sido deliberado pela prorrogação dos prazos das Conferências Estaduais e Municipais, ficando assim estabelecido : até trinta de setembro para as Conferências municipais e até trinta de outubro para as Conferências Estaduais, permanecendo inalterado o prazo da Conferência Nacional. Sobre a logomarca da Conferência, ficou decidido para que a mesma já esteja pronta na assembléia de agosto, juntamente com o projeto a ser apresentado aos Correios, pelas conselheiras Olga e Eurídice. Foram ainda tratados os assuntos referentes a proposta de sistematização; publicação da Resolução; definição de local; levantamento das providências a serem adotadas e outros. Ficou também marcada a próxima reunião para o dia três de agosto. ITEM VII – DEFINIÇÃO SOBRE A ASSEMBLÉIA DO CONANDA EM PALMAS – TO. O assunto foi debatido pela plenária, levando em consideração os compromissos do Conselho para este ano e as dificuldades financeiras apresentadas. Entretanto, a conselheira estadual Izaura Rodrigues contra argumentou que a realização desta assembléia será sem ônus para o CONANDA. Mediante esse compromisso e o respeito à sua perseverança em garantir a participação do CONANDA naquele Estado, deliberou-se pela realização de Assembléia Extraordinária nos dias trinta e um de setembro e primeiro de outubro do corrente ano, ficando estabelecido para que a Sr.<sup>a</sup> Izaura envie a pauta dessa Assembléia até a plenária do mês de agosto para sua deliberação. ITEM VIII – INFORMES – A conselheira Lucimar Cannon informou sobre o Seminário de Gravidez na Adolescência a ser promovido pelo Ministério da Saúde no dia dez de agosto, disponibilizando duas vagas para o CONANDA, inclusive custeando as despesas de locomoção e estada. Foram indicados os Conselheiros Joacir Della Giustina e Welinton Pereira da Silva para participarem no evento; 2 – A conselheira Olga Câmara apresentou o convite para participação no evento sobre os dez anos dos casos dos meninos emasculados de Altamira/PA, no dia treze de agosto. Foi deliberado a inclusão do Fórum Nacional dos Direitos das Criança e do Adolescente para participar do evento e feita a indicação do conselheiro Nelson Eder para representar o CONANDA. 3 – O conselheiro Welinton Pereira, informou sobre o Encontro Internacional de Advocacy , promovido pela Visão Mundial, a ser realizado no dia cinco de agosto, na cidade de Recife-PE. Ficou acordado para averiguar a possibilidade

de alteração da data para o dia seis de agosto. Caso isso se confirme o Vice- Presidente representará o CONANDA e a conselheira Olga Câmara representará o DCA. 4 - O conselheiro Nelson Éder informou que no dia treze de julho, foi aprovado o programa de proteção a testemunha, enfatizando ser um marco para a Comissão de Direitos Humanos. Nesse sentido, a conselheira Olga Câmara solicitou para que o Movimento Nacional de Direitos Humanos reivindique essa proteção ao adolescente infrator, visto que o programa não beneficia as testemunhas que já tenham cometido delitos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia. E, para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Vice - Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA  
Vice-Presidente do CONANDA